

RESOLUÇÃO CEPE/IFSC Nº 085 DE 13 DE SETEMBRO DE 2018.

Aprova *ad referendum* a alteração de PPC e dá outras providências.

O PRESIDENTE do COLEGIADO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA – CEPE, de acordo com a Lei que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, LEI 11.892/2008, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 9º do Regimento Interno do Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão do Instituto Federal de Santa Catarina RESOLUÇÃO Nº 18/2013/CONSUP, e de acordo com as competências do CEPE previstas no artigo 12º do Regimento Geral do Instituto Federal de Santa Catarina RESOLUÇÃO Nº 54/2010/CS;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar *ad referendum* a alteração de PPC do Curso de Pós- Graduação Lato Sensu – Especialização em Docência para a Educação Profissional – Cerfead, conforme anexos, e revogar a Resolução 67/2016/CEPE/IFSC que trata do referido curso:

Nº	Câmpus	Curso				Carga horária	Vagas por turma	Vagas totais anuais	Turno de oferta
		Nível	Modalidade	Status	Curso				
1.	Cerfead	Pós - Graduação Lato Sensu	EaD	Alteração	Especialização em Docência Para a Educação Profissional	690 horas	60	480	Conforme demanda

Florianópolis, 13 de setembro de 2018.

LUIZ OTÁVIO CABRAL

Presidente do CEPE do IFSC

(Autorizado conforme despacho no processo nº 23292.028897/2018-89)

ALTERAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

DADOS DO CAMPUS

1 Campus: Reitoria / Cerfead

2 Departamento:

3 Contatos/Telefone do campus:

Direção Cerfead: Prof. Erico de Avila Madruga (48) 31318825

Coordenação do Curso: Prof. Caroline Lengert (48) 31318813

DADOS DO CURSO

4 Nome do curso: Especialização em Docência para a Educação Profissional

5 Número da Resolução do Curso: RESOLUÇÃO CEPE/IFSC Nº 67 DE 02 DEZEMBRO DE 2016

6 Forma de oferta: modalidade EaD, Periodicidade anual, regime de matrícula semestral

ITEM A SER ALTERADO NO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO:

Item 1.3 nome dos responsáveis/representantes pelo projeto

Item 1.4 Grupo de Trabalho para elaboração do PPC

item 2 dados do curso

item 2.1 requisitos legais

item 2.3 dados para preenchimento do certificado

item 3.1 justificativa da oferta do curso

item 3.2 objetivos do curso

item 3.4 público-alvo

item 4.1 metodologia

item 4.2 matriz curricular

item 4.3 componentes curriculares

item 4.4 atividades complementares

item 4.6 trabalho de conclusão de curso

item 5.1 coordenador do curso

item 5.2 corpo docente

Item 5.3 colegiado do curso

DESCREVER E JUSTIFICAR A ALTERAÇÃO PROPOSTA:

Item 1.3 foi atualizado, com o nome do atual coordenador, pedagoga responsável e mais um professor responsável pelo projeto.

Item 1.4 atualizado com os membros do GT de revisão e atualização do PPC do curso

item 2 – alterada carga horária – foi eliminada a UC optativa estágio em docência e realizada adequação as atuais regulamentações sobre formação pedagógica de professores, considerando que o projeto vigente respeitava a resolução CNE/CEB 02/1997 que foi revogada. Também alterada a oferta do número de vagas passando para 480 anuais em turmas de 60 alunos cada.

Item 2.1 – atualizada legislação, pois a resolução CNE/CEB 02/1997 e o Decreto 2494/1998 foram revogados e outras resoluções passaram a legislar sobre a formação de professores e educação a distância.

Item 2.3 – eliminado o texto que previa certificado de licenciatura em educação profissional para os acadêmicos que concluíssem o curso e que fizessem a solicitação, considerando que a legislação que previa essa possibilidade foi revogada (resolução CNE/CEB 02/1997)

item 3.1 – ajustes no texto para adequar as novas diretrizes nacionais para formação de professores para educação básica e educação profissional (Resolução CNE/CP nº 02/2015)

item 3.2 – os objetivos foram aglutinados para contemplar o foco dessa formação docente

item 3.4 – atualizado para contemplar o público que pode vir a beneficiar-se dessa formação, considerando as mudanças na legislação sobre formação docente para educação básica e educação profissional.

Item 4.1 – o texto referente a metodologia foi ajustado para contemplar as mudanças na legislação de formação docente, com ajuste na organização das unidades curriculares em cada semestre, na organização da prática docente e demais orientações metodológicas necessárias para o bom funcionamento do curso. Incluído nesta parte a previsão de estágio não obrigatório, conforme Resolução CEPE/IFSC n.74/2016.

Item 4.2 – foram realizados ajustes na matriz curricular, alterando a ordem de oferta das UC a partir das análises dos professores e das considerações dos alunos, tendo como referência a oferta deste curso para a turma 1 (2017) e turma 2 (2018).

Item 4.3 – foram realizados ajustes nas ementas e referências bibliográficas das unidades curriculares.

item 4.4 – foram excluídos os webinários obrigatórios que constavam como carga horária de atividades, visto não ser possível inserir esta carga horária no SIGAA como aula.

Item 4.6 – foi realizada alteração no texto e no modo de organização do TCC, com vistas a atender todos os estudantes matriculados, considerando a oferta desta especialização na modalidade a distância.

Item 5.1 – atualização dos dados do coordenador do curso.

Item 5.2 – atualização das informações sobre corpo docente.

Item 5.3 – não haverá constituição de colegiado do curso nesta especialização.

Florianópolis, 09 de julho de 2018.

Assinatura da Direção do Campus



INSTITUTO FEDERAL
Santa Catarina

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA

***Pós-Graduação Lato Sensu: Especialização em
DOCÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
CERFEAD – PROEN***

Florianópolis, julho de 2018

SUMÁRIO

1 DADOS DA INSTITUIÇÃO.....	4
1.1 Mantenedora.....	4
1.2 Mantida – Campus Proponente.....	4
1.3 Nome dos responsáveis/representantes pelo projeto.....	4
1.4 Grupo de Trabalho para Elaboração do PPC.....	4
1.5 Contextualização da IES.....	5
2 DADOS DO CURSO.....	7
2.1 Requisitos Legais.....	7
2.2 Parceria externa para a realização do curso.....	8
2.3 Dados para preenchimento do certificado.....	8
3 ASPECTOS GERAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO.....	9
3.1 Justificativa da oferta do curso.....	9
3.1.1 Exigência Legal.....	9
3.1.2 Formação para o trabalho e para a técnica: concepções basilares.....	10
3.1.3 Dimensão epistemológica da Educação Profissional.....	11
3.1.4 Outras dimensões do trabalho.....	12
3.1.5 Dimensão social do trabalho e da técnica.....	14
3.1.6 A formação dos Educadores de Trabalhadores.....	15
3.2 Três Núcleos do projeto pedagógico:.....	15
3.3 Objetivos do curso.....	15
3.4 Contribuições para o egresso – Competências Profissionais.....	15
3.5 Público alvo.....	16
3.6 Ingresso no curso.....	16
3.6.1 Requisitos de ingresso no curso:.....	16
3.7 Desligamento discente.....	16
4 ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO.....	17
4.1 Metodologia.....	17
4.4 Componentes curriculares.....	21
4.5 Atividades complementares.....	28
4.6 Avaliação do Processo Ensino e de Aprendizagem.....	29
4.7 Trabalho de Conclusão de Curso.....	30
4.8 Atividades de Tutoria.....	31
4.9 Critérios de aproveitamento de unidades curriculares cursadas anteriormente.....	31
4.10 Incentivo a pesquisa, a extensão e a produção científica e tecnológica.....	32
5 CORPO DOCENTE E TUTORIAL.....	33
5.1 Coordenador do Curso.....	33
5.2 Corpo Docente.....	33
5.3 Colegiado do Curso.....	33
6 INFRAESTRUTURA FÍSICA.....	34
6.1 Instalações gerais e equipamentos.....	34
6.2 Polos de apoio presencial ou estrutura multicampi (para cursos EAD).....	34
6.3 Sala de tutoria (para cursos EAD).....	34

6.4 Suportes midiáticos (para cursos EAD).....	34
6.5 Biblioteca.....	34
7 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO.....	35
8 AUTORIZAÇÃO DA OFERTA DO CURSO.....	35
ANEXO.....	35
REFERÊNCIAS.....	35

1 DADOS DA INSTITUIÇÃO

1.1 Mantenedora

Nome da Mantenedora:

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA – IFSC

Endereço: Rua: 14 de Julho

Número: 150

Bairro: Coqueiros

Cidade: Florianópolis

Estado: SC

CEP: 88.075-010

CNPJ: 11.402.887/0001-60

Telefone(s): (48) 3877-9000

Ato Legal: Lei 11.892/2008

Endereço WEB: www.ifsc.edu.br

Reitor(a): Profª. Drª. Maria Clara Kaschny Schneider

1.2 Mantida – Campus Proponente

Nome da Mantida:

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA - CENTRO DE FORMAÇÃO E APOIO À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – CERFEAD

Endereço: Rua: Duarte Schutel

Número: 99

Bairro: Centro

Cidade: Florianópolis

Estado: SC

CEP: 88.015-640

CNPJ: 11.402.887/0001-60

Telefone(s): (48) 3131-8816

Ato Legal: Resolução CONSUP 08/2014

Endereço WEB: www.ifsc.edu.br

Diretor-Geral(a): Prof. Érico de Ávila Madruga

1.3 Nome dos responsáveis/representantes pelo projeto

Caroline Lengert	caroline.lengert@ifsc.edu.br	(48) 3131 8813 ou (47) 99178 1477
Paulo Roberto Wollinger	wollinger@ifsc.edu.br	(48) 3131-8823 ou (48) 99673-9706
Maria Luisa Hillesheim de Souza	marialuisa@ifsc.edu.br	(48) 3131-8816

1.4 Grupo de Trabalho para Elaboração do PPC

Caroline Lengert	caroline.lengert@ifsc.edu.br	(48) 3131 8813
Carlos Alberto de Mello	carlos.mello@ifsc.edu.br	(48) 3131 8813
Bartholomeo de Oliveira Barcelos	bartholomeo.barcelos@ifsc.edu.br	(48) 3131 8808
Maria Luisa Hillesheim de Souza	marialuisa@ifsc.edu.br	(48) 3131 8816
Maria da Glória Silva e Silva	maria.gloria@ifsc.edu.br	(48) 3131 8819
Paulo Roberto Wollinger	wollinger@ifsc.edu.br	(48) 3131 8823
Inês Soares Nunes Poggio	ines.poggio@ifsc.edu.br	(48) 3131 8805

GT criado pela Portaria IFSC Reitoria nº 1093 de 13 de abril de 2018

1.5 Contextualização da IES

O Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) é uma instituição pública de educação profissional, que tem por finalidade ofertar formação e qualificação em diversas áreas, nos vários níveis e modalidades de ensino, incluindo a formação docente, bem como realizar pesquisa e desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços, em articulação com diversos setores da sociedade catarinense.

A Instituição é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Possui uma reitoria e 22 *campi*. Foi criado em Florianópolis por meio do decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, como Escola de Aprendizizes Artífices de Santa Catarina. Esse decreto instaurou uma rede de 19 Escolas de Aprendizizes Artífices em todo o país. Nesse início, a instituição oferecia, além do ensino primário, formação em desenho, oficinas de tipografia, encadernação e pautaço, cursos de carpintaria da ribeira, escultura e mecânica.

Em 1.937, por meio da lei nº 378, a instituição mudou de nome e *status*, para Liceu Industrial de Florianópolis e, cinco anos mais tarde (decreto-lei nº 4.127, de 23 de fevereiro de 1942), transformou-se em Escola Industrial de Florianópolis. Com isso, começou a oferecer cursos industriais básicos e cursos de mestria. A nomenclatura mudou novamente em 1965, passando a denominar-se Escola Industrial Federal de Santa Catarina (EIF-SC).

A partir de 1968, a instituição tornou-se Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETF-SC). Naquela época, começou o processo de extinção gradativa do curso ginasial industrial, por meio da supressão da matrícula de novos alunos na primeira série. O objetivo era especializar a escola em Cursos Técnicos de Segundo Grau (atual ensino Técnico Integrado), o que passou a ocorrer a partir de 1971, após a edição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971).

Em 1988, a escola iniciou a oferta dos cursos de Telecomunicações e de Refrigeração e Ar Condicionado, em São José, na região metropolitana da capital. Três anos depois, a instituição inaugurou a Unidade São José, em instalações próprias, a primeira unidade de ensino do atual IFSC fora da capital catarinense.

Em 1994, foi implantada a terceira unidade de ensino da instituição, a primeira no interior de Santa Catarina, na cidade de Jaraguá do Sul, região norte do estado. Um ano depois, passou a ser oferecido, no município de Joinville, o Curso Técnico em Enfermagem, como extensão da Unidade Florianópolis.

Um decreto presidencial de 27 de março de 2002 criou o Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina (CEFET-SC), oferecendo cursos superiores de tecnologia e de pós-graduação lato sensu (especialização).

Em 2005, com a Lei nº 11.195, teve início em todo o país um processo de interiorização e expansão das instituições federais de educação profissional e tecnológica.

Um ano depois, como parte dessa política de criação de novas escolas técnicas no Brasil, o CEFET-SC implantou três novas unidades de ensino, que hoje são *campi* do IFSC. Uma delas, a Unidade Continente (atual Campus Florianópolis-Continente), foi instalada na área continental de Florianópolis, como federalização de uma escola privada de gastronomia, criada pelo Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), oferecendo cursos na área de turismo e hospitalidade. As outras duas unidades foram implantadas no interior: em Chapecó, no Oeste de Santa Catarina, e em Joinville, no Norte.

Também em 2006, a instituição passou a oferecer o curso Técnico em Pesca, o primeiro em pesca marítima do país, na cidade de Itajaí, litoral norte catarinense, vinculado à Unidade Florianópolis-Continente. A sétima unidade de ensino do CEFET/SC começou as atividades em fevereiro de 2008, em Araranguá, na região sul de Santa Catarina.

Em março de 2008, uma votação que envolveu professores, servidores técnico-administrativos e estudantes o então CEFET/SC aprovou a transformação da instituição para Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC). O projeto de lei que definiu a mudança foi aprovado pela Câmara Federal e pelo Senado e sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 29 de dezembro de 2008. Em 2009, tiveram início as primeiras aulas de cursos de qualificação no Campus Xanxerê, federalizado a partir de antiga instituição do PROEP.

No ano de 2010, o IFSC ampliou a sua atuação no estado com mais sete *campi*: Caçador, Canoinhas, Criciúma, Gaspar, Itajaí, Geraldo Werninghaus (localizado em Jaraguá do Sul) e Palhoça Bilíngue (Libras/Português). Já em 2011, começaram as atividades em Garopaba, Lages, São Miguel do Oeste e Urupema. Nesse mesmo ano, foi inaugurada a sede própria da Reitoria do IFSC, na área continental de Florianópolis. Com a terceira fase da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, foi anunciada pelo Governo Federal a construção do Campus Tubarão. O IFSC possui em 2018 mais de 30.000 alunos e aproximadamente 2.500 servidores, sendo 1.400 professores.

Paralelamente, cabe descrever história da Educação a Distância (EaD) no IFSC, a qual teve início em 2000, quando a Unidade São José ofereceu o primeiro Curso Básico em Refrigeração na modalidade a distância. Em 2002, a Unidade Florianópolis ofereceu o primeiro curso Técnico em Eletrotécnica a distância e em 2009, por meio do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), foi iniciado o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública. Em 2007 o CEFET-SC também aderiu ao programa Escola Técnica Aberta do Brasil (eTEC Brasil/MEC), implantando o Curso Técnico em Informática para Internet. Atualmente (2018), o IFSC tem parceria com 37 polos de apoio presencial localizados em diferentes municípios de Santa Catarina e de outros estados brasileiros, como Rio Grande Sul, Paraná e São Paulo.

A Lei Nº 11.892 de 29/12/2008 que instituiu a Rede Federal de EPCT estabelece, no seu Inciso VI, que os Institutos deverão qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências às instituições públicas de ensino oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino. Somando a essa demanda legal a Portaria nº 1291/2013 em seu artigo 5º estabelece as diretrizes para a organização dos Institutos e define parâmetros e normas para sua expansão, possibilitando a criação dos Centros de Referência vinculados às Reitorias para o desenvolvimento de planos, programas e projetos relacionados à EPCT. Considerando esse contexto legal o Instituto Federal de Santa Catarina durante o primeiro semestre de 2013 promoveu um participativo debate em toda a instituição e aprovou em agosto de 2013 no CONSUP a criação do Centro de Referência em Formação e EaD. Para a implantação deste Centro foi aprovada uma modificação no marco regulatório da instituição, especialmente no Regimento Geral, através da Resolução CONSUP 08/2014.

Centro de Referência em Formação e Apoio à Educação a Distância – CERFEAD

O Centro de Referência em Formação e EaD está vinculado à Pró-Reitoria de Ensino e atua na implementação e consolidação da Política de Formação do IFSC. Sua finalidade compreende: a formação e qualificação dos servidores do IFSC para o exercício de suas atividades, conforme as finalidades previstas na lei de criação dos IF; a formação dos servidores da rede pública de ensino para atender as diretrizes estabelecidas em lei; a ampliação e consolidação da oferta formativa dos campus do IFSC por meio da EaD, utilizando-se de metodologias inovadoras e sempre articuladas aos objetivos e metas institucionais.

Os Institutos Federais estão organizados em Rede e foram planejados para apresentar uma estrutura verticalizada de oferta de educação profissional, compreendendo um espectro que se inicia nos cursos de Formação Inicial e Continuada de trabalhadores (FIC), passando pelos cursos técnicos de nível médio, até alcançar os estudos em nível de graduação e pós-graduação.

O IFSC, conforme previsto em sua lei de criação e também no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2015-2019, deverá garantir o mínimo de: 50% de suas vagas para ministrar educação profissional técnica de nível médio, para os concluintes do ensino fundamental e para o

público da educação de jovens e adultos; e 20% de suas vagas para programas especiais de formação pedagógica, com o objetivo de formar professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional. A instituição possui a prerrogativa de atuar na educação profissional, desde a básica até a educação superior, em diferentes níveis e modalidades de ensino, atendendo a diversos eixos tecnológicos e áreas de conhecimento.

O CERFEAD oferece, em atuação conjunta com os *campi* através de seus Núcleos de Educação à Distância (NEADs) e demais polos de apoio presencial, cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação, definidos em seu Plano de Oferta de Cursos e Vagas, constante do PDI do IFSC. Funciona, em sede provisória, num prédio locado no Centro de Florianópolis, na Rua Duarte Schutel, 99.

Dentre os cursos já oferecidos, além de uma grande quantidade de cursos de qualificação, para servidores, professores das redes estadual e municipal, público em geral, estão:

- Especialização em Educação de Jovens e Adultos
- Especialização em Ensino de Ciências
- Especialização em Gestão em Saúde
- Especialização em Gestão Pública
- Especialização em Mídias na Educação
- Superior de Tecnologia em Gestão Pública
- Técnico Subsequente em Informática para Internet
- Especialização em Formação Pedagógica para Docência na Educação Profissional (Projeto SETEC-MEC – Parceria com o IFF)

2 DADOS DO CURSO

Nome do curso: PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
Modalidade: Curso a Distância
Área: Ensino – Formação de Professores para a Educação Profissional (CAPES)
Carga Horária: Unidades Curriculares obrigatórias: 660 horas Trabalho de Conclusão de Curso: 30 horas Carga horária Total do Curso: 690 horas
Periodicidade: Anual
Regime de Matrícula: Semestral
Período: Vespertino (para os encontros semanais e atividades avaliativas)
Número de vagas: até 480 vagas totais anuais, com turmas de 60 alunos cada.
Horário/frequência das aulas: As atividades síncronas online acontecerão em uma tarde por semana. As atividades presenciais acontecerão ao longo do semestre conforme calendário do curso.

2.1 Requisitos Legais

Normas Nacionais:

Lei nº 9.394/96 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB);

Lei Nº 10.861/2004 – Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES;

Decreto n.5.773/2006 – Regulamenta a Lei 10.861/2004.

Decreto n.9057/2017 – Regulamenta o Art. 80 da LDB (Lei n.º 9.394/96) sobre EaD;

Resolução CNE/CEB nº 06/2012 – Diretrizes Curriculares Nacionais para educação profissional técnica de nível médio;

Resolução CNE/CP nº 02/2015 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para formação continuada;

Resolução CNE/CES Nº 1/2018 – Diretrizes e Normas para oferta de cursos de Pós-graduação lato sensu.

Documentos Institucionais:

Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI/IFSC 2015-2019;

Resolução CONSUP/IFSC n. 41/2014, Regulamento Didático Pedagógico – RDP do IFSC;

Resolução CEPE/IFSC n.48 de 12 de junho de 2018 – Regulamenta a pós-Graduação *Lato Sensu* no IFSC.

2.2 Parceria externa para a realização do curso

Este Curso será ofertado pelo CERFEAD – IFSC como oferta regular.

2.3 Dados para preenchimento do certificado

Ao final do Curso, cumpridos todos os requisitos de integralização, o aluno receberá um Certificado de Pós-Graduação, devidamente registrado pelo IFSC com validade nacional, com o título de “**Especialização em Docência para a Educação Profissional**”, equivalente aos requisitos constantes no art. 40 da Resolução CNE/CEB n.6/2012.

3 ASPECTOS GERAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO

3.1 Justificativa da oferta do curso

3.1.1 Exigência Legal

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) preceitua que o magistério da educação básica seja exercido por professores habilitados para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio - Artigo 62 da LDB (BRASIL, 1996). Assim, a Educação Profissional enquanto oferta associada à educação básica, especialmente o ensino técnico, se inclui nessa categoria. As diretrizes do ensino técnico, no Parecer CNE/CEB 11/2012, recomendam para a formação desse profissional, que:

Na realidade, em Educação Profissional, quem ensina deve saber fazer. Quem sabe fazer e quer ensinar deve aprender a ensinar. Este é um dos maiores desafios da formação de professores para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. É difícil entender que haja esta educação sem contar com profissionais que estejam vinculados diretamente com o mundo do trabalho, no setor produtivo objeto do curso. Entretanto, os mesmos precisam estar adequadamente preparados para o exercício da docência, tanto em relação à sua formação inicial, quanto à formação continuada e permanente, pois o desenvolvimento dos cursos técnicos deve estar sob responsabilidade de especialistas no segmento profissional, com conhecimentos didático-pedagógicos pertinentes para orientar seus alunos nas trilhas do desenvolvimento da aprendizagem e da constituição dos saberes profissionais.

A formação inicial para o magistério na Educação Profissional Técnica de Nível Médio realiza-se em cursos e programas de licenciatura ou outras formas, em consonância com a legislação e as normas específicas que regem a matéria, de modo especial, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação. Os sistemas de ensino devem viabilizar essa formação, podendo ser organizada em cooperação com o Ministério e Secretarias de Educação e com instituições de Educação Superior (BRASIL, 2012).

De acordo com o inciso II do art. 67 da LDBEN, “a formação inicial, porém, não esgota o desenvolvimento dos professores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, cabendo aos sistemas e às instituições de ensino a organização e viabilização de ações destinadas à formação continuada” (BRASIL, 1996).

A Lei dos Institutos Federais, preconiza, para sua oferta em nível superior, a oferta de “cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional” (BRASIL, 2008).

Considerando apenas a oferta de cursos técnicos em Santa Catarina, estima-se haver mais de quatro mil professores em atividade na Educação Profissional, sem qualquer formação pedagógica. Somando-se à vocação legal dos Institutos Federais na formação de professores para a EP e a demanda estadual dessa formação, constata-se premente e plausível justificativa para essa oferta.

Tendo como foco principal a formação de professores já em atuação na Educação Profissional, o CERFEAD propõe a presente Pós-Graduação, contribuindo para :

- A formação em serviço de professores da Educação Profissional, que tendo diploma de bacharelado ou tecnologia, possam habilitar-se para docência através dessa formação;
- A formação de professores e demais profissionais já graduados, para trabalhar com a Educação Profissional.

3.1.2 Formação para o trabalho e para a técnica: concepções basilares

Em uma primeira definição a educação profissional é a formação para o trabalho. Trabalho, por sua vez, pode ser entendido, em primeira análise, como a atividade social humana de produção de bens materiais e imateriais e de serviços que mantêm nossa existência. Essas são atividades que cada um de nós desempenha ao longo de sua vida laboral como parte de uma sociedade dinâmica, organizada em torno de profissões diversas e em permanente transformação.

A espécie humana distingue-se dos animais de várias formas, como através da linguagem, da religião, da arte etc. Além disso, uma das principais características da nossa humanização é a utilização de ferramentas e métodos para produzir os meios para nossa subsistência e, em geral, nossos modos de vida. Assim, o *homo sapiens* (definição da biologia) é também um *homo faber*, isto é, fabrica seus meios de vida (conceito já elaborado por filósofos como Marx, Bergson, Arendt, Weill, Sennett, entre outros).

A capacidade humana de fabricar e utilizar instrumentos, ferramentas e métodos para produção de sua existência chama-se técnica. Assim, a técnica é a propriedade caracteristicamente humana de utilizar os mais variados recursos materiais e imateriais para produzir seu alimento, indumentária, habitação, remédios, cinema, literatura e assim por diante.

Dependendo da cultura que se instaura nas comunidades e sociedades, criam-se tarefas ou atividades para os indivíduos, que também usufruem do trabalho dos demais. Ainda que tal usufruto não se dê de forma igualitária e varie de acordo com o modelo político e econômico de cada sociedade, todos dependemos sempre do trabalho alheio e dos mais variados profissionais. Porém, por já estarmos mergulhados em um mundo assim organizado, nem sempre reconhecemos a importância de cada uma dessas profissões. Rose (2007 apud BARATO, 2015, p. 21) relata, inclusive, o “fenômeno da invisibilidade de muitos trabalhos e trabalhadores”, o que reflete uma escala de valores sociais das profissões.

Compreendendo a técnica como a capacidade humana de transformar a natureza e as práticas culturais para sua existência, entendemos que, quando tomamos uma faca e descascamos um alimento para, em seguida, cozinhá-lo e temperá-lo para ser servido, a técnica culinária está em ação para nos alimentarmos. A técnica é, portanto, o nome de grande parte dos modos de intervenção no mundo de que dispomos, desde os mais básicos para a produção da existência, o que se tornou um desafio mais complexo para nós do que para os outros animais, até os mais sofisticados. Por exemplo, quanta técnica foi envolvida e quantos técnicos trabalharam no famoso acelerador de partículas do CERN? Quanta técnica o escritor, o ator e/ou o cineasta usa para lapidar sua obra?

Através da linguagem e, mais amplamente, do compartilhamento da experiência, as gerações vão se apropriando dos saberes e dos fazeres da técnica, que elas reproduzem, alteram ou transformam diante de velhos ou novos desafios. Às vezes esquecem técnicas também, seja porque delas não precisam mais ou porque outras ganharam predomínio social ou econômico. Em todo caso, a inovação está relacionada a essa abertura de outras possibilidades para as comunidades, que se dá nos diversos mecanismos de articulação e disseminação de saberes. Um importante mecanismo nesse processo de disseminação é a educação profissional. Constatamos, então, que todo trabalho, toda profissão, envolve o uso de técnicas, de modo que Álvaro Vieira Pinto, importante filósofo brasileiro da técnica, chega à seguinte definição: enquanto atividade, o trabalho pode ser considerado o exercício social da técnica (PINTO, 2005a, 2005b).

Importante destacar que não há compartilhamento de técnicas nem educação profissional sem a dimensão da experiência. Pode-se falar a respeito de uma técnica, pode-se entender os procedimentos e os conceitos envolvidos, sem, contudo, saber pô-la em prática.

Dessa forma, não é apenas na oferta escolar tradicional, que privilegia a experiência abstrata ou teórica, cuja importância não nos ocorre contestar, que os valores são aprendidos (BARATO, 2015). É na ação que muitos dos valores que pretendemos transmitir são significados e aprendidos, especialmente em situações de aprendizagem de uma profissão, quando um modo de interação muito particular com a sociedade se organiza e uma relação especial do sujeito aprendiz com sua obra se estabelece.

3.1.3 Dimensão epistemológica da Educação Profissional

As concepções iniciais sobre técnica, apresentadas aqui, válidas para qualquer tempo, lugar ou sociedade, nos levam a apreciar sua importância. Do despertar pela manhã ao dormir, estamos envolvidos em técnicas. Mas, então, por ser tão fundamental na construção da espécie humana, a técnica não mereceria, como outros campos do saber, uma epistemologia, ou seja, uma ciência, com a formulação de princípios e fundamentos, descrições (uma tecnografia), métodos, etc.?

Ora, já existe, fora do senso comum que acabamos de apresentar, uma ciência da técnica: a tecnologia (*techne* + *logos*). Essa ciência compreende a técnica sempre como atividade consciente e planejada, que vai além da mera repetição de tarefas mecânicas, da mera imitação. Nesse sentido, a formação técnica nunca pode ser confundida com a metáfora do “apertador de parafusos” *chapliniana*, pois trata de um sujeito pensante, atuante, muitas vezes criativo (ROSE, 2007). Há um pensar do e no fazer. Teóricos do ensino da EP falam em “conceptualização na ação” (PASTRÉ, 2002; VERGNAUD; PASTRÉ; MAYEN, 2006) por parte do sujeito no trabalho.

Assim, pensada como ciência da técnica, a tecnologia deixa de se confundir com uma simples aplicação da ciência. Isso porque as técnicas têm características próprias, um desenvolvimento próprio e envolvem um acúmulo de saberes nem sempre pertencentes ou reconhecidos nas demais disciplinas científicas, apesar de muitas vezes se nutrirem dessas. As técnicas agrícolas, por exemplo, desenvolveram-se durante séculos sem a constituição de uma ciência agrária prévia (SIGAUT, 1985). Aos poucos, a agronomia surgiu e passou a conviver interativamente com as técnicas agrícolas. O laço estreito entre as ciências e as técnicas, contudo, não deve(ria) apagar as especificidades mencionadas e sim intensificar o diálogo.

Em consequência dessa abordagem de cunho mais epistemológico, acedemos à compreensão de que a formação técnica não pode ser mera decorrência de uma formação científica. Entende-se também que a formação para a técnica e para o trabalho requer grande esforço formativo. Torna-se ilusória, pois, a crença de que, formando cientificamente o sujeito, ele poderá exercer diversas técnicas, supostamente “derivadas” das ciências. Uma técnica eletrotécnica, enfermagem, química, radiologia, etc. Envolve saberes, habilidades, atitudes e valores que podem ter (ou não) origem nas disciplinas científicas, mas que se constituem numa área técnica, numa tradição ou corporação profissional. Claro que as técnicas se conectam e apoiam em conhecimentos científicos diversos, tanto das chamadas ciências “exatas” como das “humanas”, mas suas especificidades extrapolam essas últimas. Sua riqueza aparece em nossos currículos de cursos técnicos e resiste à crença em uma formação científica genérica que as englobaria.

Por exemplo, um Técnico em Eletrotécnica em atividade em seu ambiente de trabalho desempenha um conjunto de atividades, tarefas, protocolos, que vão muito além do domínio da eletricidade como disciplina da Física. Sua prática está muito mais associada à cultura profissional desenvolvida no ambiente de trabalho com os demais colegas da mesma atividade ou de atividades correlatas do que ao simples domínio dos princípios da eletricidade e magnetismo (os quais fazem parte de sua formação). Dessa forma, é necessário que a formação técnica esteja referenciada ao ambiente, valores, práticas, métodos e protocolos do mundo do trabalho daquela profissão, e não apenas na fundamentação teórica das tarefas de sala de aula.

Sendo assim, o desafio educacional posto com tal perspectiva é o de uma interdisciplinaridade ampla (MORAES, 2016), que consiste não apenas em fazer disciplinas científicas reconhecidas se

unirem na compreensão dos fenômenos do mundo, mas também em incorporar a técnica e a tecnologia no diálogo dos saberes, dos fazeres e do saber-fazer na formação para o trabalho e a cidadania.

Enfatizamos, neste texto, a importância de uma abordagem epistemológica específica para a técnica, uma vez que as ciências tradicionais não a contemplam e que ela ajuda a ampliar a compreensão do papel da educação profissional para a sociedade e o indivíduo. Mas entendemos tal abordagem como um campo amplo de estudos e reflexões em diálogo. Temos vários aportes teóricos possíveis para isto. Depois das teorizações oriundas das teses de Karl Marx, um dos primeiros grandes filósofos a pensar o trabalho como produção da existência do ser humano e também os problemas econômicos do trabalho no sistema capitalista, autores como Haudricourt (1987), Sennett (2013), Sigaut (1985, 1987, 2009), Pinto (2005a, 2005b) - (leitores de Marx), bem como educadores (Paulo Freire tem ampla contribuição aqui), sociólogos e psicólogos do trabalho e diversos outros pensadores permitem pensar a técnica, a tecnologia e o trabalho nos inúmeros aspectos que animam seu emprego, sua transmissão, seus desafios, suas virtudes e seus problemas: antropológicos, sociológicos, psicológicos, culturais, subjetivos, identitários, econômicos etc.

3.1.4 Outras dimensões do trabalho

Se “o homem se faz naquilo que faz”, ideia marxiana retomada por Pinto (2005a, 2005b), isto é, se o seu fazer o constrói a ponto de gerar sua própria consciência, interessa, no âmbito da educação profissional, examinar como ocorre essa humanização pelo trabalho.

Considerando as múltiplas dimensões que o trabalho possui para o ser humano, além da produção material da sua vida. Sinteticamente, em termos subjetivos e cognitivos, podemos afirmar que o trabalho (e, potencialmente, a formação para o trabalho) promove identificações do sujeito com grupos sociais diversos e o insere em um novo universo de valores, regras, relações de hierarquia, de reciprocidade, de troca, de solidariedade, de conflito, etc. Coloca-o frente a responsabilidades e problemas a resolver, desafia-o a adaptar-se a novas situações e a aprender não apenas de tarefas prescritas, mas também da conceptualização que o sujeito trabalhador realiza a partir da experiência e das situações (PASTRÉ, 2002).

A análise do trabalho mostra que a atividade real de trabalho fornece ensinamentos e experiências que não necessariamente se confundem com as instruções de tarefas prescritas (GÜÉRIN et al, 2001; PASTRÉ, 2002). Isso pode ser facilmente verificado na atividade do docente, por exemplo, que se depara em sala de aula com situações que o currículo, o plano de aula ou a teoria educacional não contemplaram. Em suma, o sujeito não pára de se construir e metamorfosear-se nas provas e provocações do trabalho (CLOT, 1999).

Vamos refletir sobre algumas dessas dimensões, sem pretender esgotá-las:

Começamos pela **dimensão estética** do trabalho. Ela se relaciona, em primeiro lugar, com a obra do trabalhador. Barato (2015) traz vários relatos eloquentes a esse respeito. Citaremos apenas dois. Primeiro, o caso de um aluno do curso de eletricidade num canteiro de obras de habitações populares. Após finalizar a instalação elétrica, o aluno informa ao professor que vai refazer toda a instalação, o que surpreende o docente, já que tudo estava funcionando normalmente. Mas o aluno avaliou que estava “feia”, apesar de correta, e quis alcançar o que considerava seu “padrão de beleza”, digamos, da obra. Outro caso é o do pedreiro que leva a família para ver a casa que estava construindo para eles, destacando a beleza dos detalhes de acabamentos etc. Em ambos, constatamos uma dimensão estética e pessoal na realização do trabalho.

A **dimensão pessoal**, isto é, a singularidade com que cada profissional atua, poderá, na verdade, ser apreciada em qualquer atividade, apreciada esteticamente ou não, como lembram Güérin et al (2001, p. 18): “Numa metalúrgica, um operário nos disse quem ajustara sua máquina, sem tê-lo visto. [...] Ao receber um cliente, uma funcionária sabe, pelo diálogo que tem com ele, qual a

repcionista que o atendeu”. O caso do eletricitista ou do pedreiro revelam ainda um aspecto moral ou ético de compromisso com sua prática, que também caracteriza a identidade do trabalhador. Ambas dimensões dizem respeito a um “sentimento de autoafirmação” do sujeito (BARATO, 2015, p. 21), que, além de obter o que podemos chamar de um “empoderamento técnico”, isto é, a aquisição de uma forma organizada de intervir no mundo e de produzir sua existência, ganha o seu reconhecimento enquanto autor da obra de seu trabalho e enquanto sujeito (co)construtor da sociedade.

A **dimensão ética** aqui evocada se desdobra nos valores que a ação do trabalhador envolve, que vão desde aqueles de uma ética profissional típica de uma categoria profissional, passando por práticas educacionais (no âmbito da formação), até valores sociais mais gerais. Mais alguns casos ilustrativos: “um aluno do curso de construção civil comenta que no canteiro de obras não se derruba o fruto do trabalho” (BARATO, 2015, p. 22), prática comum nos cursos de edificações, como quando se derruba muros de tijolos para poder repetir o exercício de construção no mesmo lugar. Aqui o aluno ressalta a oposição da prática escolar ao *ethos* da profissão. Outro caso é o da formadora de cabeleireiros que indica que a preparação de tinta para coloração de cabelos deve ser feita atrás de um biombo, para evitar que a cliente “aprenda o procedimento e deixe de buscar o serviço de cabeleireiras” (BARATO, 2015, p. 22). Aqui uma questão ética se põe: a ética profissional entra em conflito com valores sociais mais amplos. Em todos os casos, há uma “vinculação entre identidade e fazer, geradora de saberes e valores significativos” (BARATO, 2015, p. 25).

Entra em discussão, pois, a **dimensão identitária** do trabalho e da formação para o trabalho, que não pode ser abordada sem ser relacionada com a dimensão cultural do fazer técnico. Para Sigaut (2009), a entrada no mundo do trabalho é, antes de mais nada, a participação de toda uma cultura técnica e profissional, da qual o sujeito passa a fazer parte. Lave e Wenger (1991) também ressaltaram as relações que se travam de forma emblemática nas formas de aprendizagem em “comunidades de práticas” como corporações, onde o saber retirado dos intercâmbios envolve técnicas, valores e desenvolvimento de identidade. Como lembra Barato (2015, p. 26):

os aprendizes de um ofício se integram à comunidade, desde o primeiro dia, por meio da produção de obras. Assim, desde o início, a participação na produção, mesmo que em atividades muito simples (pregar botões em uma oficina de alfaiataria, por exemplo), desperta um sentimento de pertencimento à categoria (o aprendiz de alfaiate se percebe como um membro ativo da categoria assim que começa a executar pequenas tarefas vinculadas ao ofício).

Dessa forma, aprende-se *com*, não só um *quê*. Assim, aprender “implica tornar-se uma pessoa diferente em relação às possibilidades abertas por estes sistemas de relações” (LAVE; WENGER, 1991, p. 53).

Mas a dimensão da cultura técnica de uma profissão, longe de ser fechada, é aberta e conectável aos outros planos da cultura. O registro identitário para o sujeito trabalhador ou aprendiz pode ser ampliado e alterado nessas conexões, como quando ele aprende um idioma, uma arte, outras formas de trabalho, outras teorias, outras culturas técnicas da mesma profissão em outros países, etc. Pensar a dimensão cultural da técnica e do trabalho e sua interpenetração com a cultura em geral permite, ainda, vislumbrar uma possível superação da divisão entre formação humana e formação técnica, formação intelectual e formação prática, por ajudar a evitar o desligamento do ato técnico das suas implicações sociais, éticas, econômicas, ambientais. Isso porque não se pensaria mais a técnica como separada da cultura ou até mesmo como oposição à cultura, um modo de pensar (e agir) enraizado nas sociedades ocidentais há milênios (SIGAUT, 1987).

Em suma, observando as dimensões até agora esboçadas, podemos inferir que a inserção do sujeito aprendiz na cultura do trabalho (e em seus nexos com as “outras” culturas) representa,

muitas vezes, uma exposição significativa e contextualizada a muitos dos desafios da cidadania. Com isso, avaliamos melhor o poder transformador da educação profissional para o sujeito. Isso vale tanto para o adulto que nunca teve a chance de receber uma formação técnica/tecnológica e passa a poder exercer uma profissão, empoderar-se tecnicamente, emancipar-se social, econômica e culturalmente, quanto para o jovem, que tem a possibilidade de passar por experiências bem diversas daquelas que o ensino exclusivamente propedêutico (que apenas prepara para outra etapa formativa) oferece.

Valeria, enfim, lembrar rápida e simplesmente de uma dimensão muitas vezes esquecida do trabalho: o prazer. Se o trabalho pode ser árduo, penoso, ele é também uma fonte de prazer! Sem ele as pessoas adoecem (SIGAUT, 2009).

As considerações até agora apontadas são apenas indicativas de aspectos relacionados ao trabalho que realçam o valor da educação profissional. Outros aspectos mais problemáticos associados ao trabalho também merecem atenção (alguns deles abordados a seguir), mas não deveriam ofuscar completamente a importância do trabalho e da formação para o trabalho na sociedade.

3.1.5 Dimensão social do trabalho e da técnica

As relações humanas também incluem outros atributos que desafiam permanentemente o ser humano a superá-los: a dominação, a escravidão, a exploração do trabalho alheio, a concentração de riqueza nas mãos de poucos e a consequente carência da maioria, para citar alguns. O papel da Educação Profissional, ao formar para a técnica e para o trabalho, também é educar para a cooperação na superação dos desafios que as relações humanas vão desenvolvendo ao longo de sua história (WOLLINGER, 2016).

A Educação Profissional tem, portanto, um duplo compromisso com seus alunos: preparar para o uso responsável e proficiente das técnicas de cada profissão e conscientizar para a participação na superação das injustiças sociais e econômicas que se abatem a cada período, principalmente pela valorização do trabalho e do trabalhador. Em várias culturas, as diferenças de remuneração entre atividades manuais, intelectuais e gerenciais são bem menores que as nossas, denotando o reconhecimento do valor das várias formas de trabalho e o estímulo no trabalhador a reconhecer o seu valor.

Nossa herança colonial de sociedade escravocrata marcou profundamente nossa cultura com uma desvalorização do trabalho, especialmente o trabalho manual, por ter sido atividade de escravos (ver autores como Darcy Ribeiro, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Roberto Damatta, entre outros).

Nos dias atuais, essas marcas culturais persistem em várias esferas. Na acadêmica, separa-se a formação do “intelectual” da formação do “trabalhador”, mesmo quando as formações universitárias são formações profissionais. Até mesmo em documentos de leis, diretrizes curriculares ou em várias outras partes da cultura encontramos evidências da desqualificação ou da fuga das atividades manuais, “operacionais”, do trabalho braçal. Nos Institutos Federais, pode consolidar-se a compreensão, como é a de muitos outros povos, de que o trabalho, como exercício social da técnica, é a atividade que nos humaniza, que nos relaciona com o mundo à nossa volta, nos torna parte de um conjunto social, em que a contribuição de cada um, nas mais diversas tarefas, constrói o mundo em que vivemos.

Como contextualizar a Educação Profissional para a superação de nossa herança colonial? Qual a compreensão sobre técnica, tecnologia e trabalho na qual a Educação Profissional deve se fundamentar? Como construir um projeto pedagógico que reflita esse compromisso da Educação Profissional com a formação para o trabalho e para a superação das injustiças sociais e econômicas a ele relacionadas? São os desafios que acompanham a implementação da formação docente para a EP.

Outra constatação importante que deve ser feita sobre nossa composição social é a respeito da escolaridade média da população e sua formação profissional. Segundo os dados do censo de 2010, quase a metade da população acima de 25 anos não concluiu o Ensino Fundamental, o que representa quase 55 milhões de pessoas. Considerando-se aqueles que não concluíram o Ensino Médio, esse número sobe para mais de 80 milhões de pessoas no Brasil sem Educação Básica.

A Constituição Federal, ao citar a Educação Básica, diz que deve ser “assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria”. Esse é o desafio da Educação de Jovens e Adultos – EJA. A legislação que dá encaminhamento a essa determinação constitucional estimula que a Educação Básica seja associada à formação profissional, de forma a gerar uma dupla solução educativa para esse enorme desafio.

3.1.6 A formação dos Educadores de Trabalhadores

A formação de professores para a Educação Profissional deve considerar estes pressupostos na construção dos saberes a serem levados às salas de aula, oficinas e laboratórios, para a construção de um processo educativo transformador da vida daqueles que nele se inserem, seja no plano pessoal, com uma formação que permita ao egresso inserir-se no mundo do trabalho com sua contribuição laboral e reconhecimento profissional, no plano comunitário pela responsabilidade ética e ambiental em sua atividade técnica e no plano social com sua compreensão de que o trabalho é o responsável pela dinâmica da espécie humana, devendo ser reconhecido, respeitado e valorizado, desde o plano econômico ao plano cultural, como construção coletiva da existência de toda a humanidade.

3.2 Três Núcleos do projeto pedagógico:

Núcleo Contextual: I Semestre – a construção de um referencial de concepções e conceitos estruturantes para a formação docente para a EP: Técnica, Tecnologia, Trabalho e Educação Profissional, história e regulamentação da EP. Trata-se aqui de uma abordagem que parte das concepções de pensadores brasileiros, identificados com nossa realidade, como Vieira Pinto, Paulo Freire, Sérgio Buarque de Holanda, Darcy Ribeiro, dentre outros. Todos referenciados em pensadores universais coerentes com cada abordagem.

Núcleo Estrutural: II Semestre – é a formação por excelência de um professor, momento no qual serão compartilhadas estratégias didáticas para que a atividade educativa docente seja ressignificada, esteja pautada na pesquisa e na reflexão constantes do educador. Espera-se que o professor que atuará na educação profissional tenha o preparo técnico e intelectual da sua área de formação inicial e também os conhecimentos didáticos, pedagógicos e metodológicos necessários à docência.

Núcleo Integrador: III Semestre e IV Semestre – métodos, ferramentas, técnicas e variados instrumentos têm sido utilizados na escola para ampliar sua eficácia, bem como, para melhor estimular os alunos no processo de aprendizagem, nas relações sociais e na inovação. A Educação a Distância, como tecnologia educacional, reúne um grande conjunto de técnicas, dispositivos e métodos cada vez mais aperfeiçoados e de fácil acesso. Nosso projeto procura trazer a tecnologia da educação a distância, não apenas para essa modalidade de oferta, mas especialmente, para a prática simbiótica das tecnologias disponíveis para a educação presencial.

3.3 Objetivos do curso

- Capacitar professores para as ofertas da Educação Profissional, especialmente para os Cursos Técnicos de Nível Médio;
- Estimular a produção e difusão de conhecimento sobre a Educação Profissional como Campo de Estudos, compreendendo a pesquisa e a extensão como princípios educativos;

- Compreender a Educação a Distância como modalidade educativa articulada à Educação Profissional.

3.4 Contribuições para o egresso – Competências Profissionais

Ao diplomar-se o egresso estará capacitado para a proficiência nas seguintes Competências:

- Preparar uma aula ou atividade equivalente, teórica e prática, constante de um Projeto Pedagógico de Curso Técnico;
- Lecionar com desenvoltura as atividades constantes da sua área de formação;
- Elaborar planos de aula e planos de ensino para as unidades a que estiver habilitado a lecionar;
- Elaborar e implementar avaliação de atividades e de alunos segundo os princípios gerais da Educação Profissional;
- Aplicar os recursos tecnológicos e da Educação a Distância em atividades educativas;
- Planejar e saber executar projetos de pesquisa e de extensão, articulados ao ensino, em Educação Profissional;
- Defender um trabalho científico metodologicamente construído, segundo normas próprias;
- Organizar e compor equipe de trabalho para elaboração de projetos pedagógicos de cursos técnicos de nível médio presenciais e a distância;
- Inserir-se no campo de estudo “Educação Profissional”, através de sua epistemologia, metodologia e práxis;
- Aplicar adequadamente as tecnologias para o desenvolvimento da docência e da gestão educacional.

3.5 Público alvo

Professores da Educação Profissional e demais graduados que possuam interesse em atuar na Educação Profissional

3.6 Ingresso no curso

3.6.1 Requisitos de ingresso no curso:

Em se tratando de curso de Pós-Graduação o requisito de ingresso, conforme o artigo 44, alínea II, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: “abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino”.

A seleção para ingresso acontecerá por sorteio de acordo com o Edital de Ingresso, cujas vagas serão disponibilizadas por polo de apoio presencial.

Quando o estudante for desligado do curso por reprovação em unidade curricular ou por ter solicitado o próprio desligamento, poderá solicitar reingresso, sem necessidade de passar pelo processo seletivo, quando houver nova oferta do curso, emitindo solicitação à coordenação ou por meio de edital específico de reingresso (quando houver). O coordenador de curso terá até 15 dias para emitir parecer a respeito.

3.7 Desligamento discente

Será desligado do curso, o aluno que, além do previsto no RDP, incorrer em:

- Falsificação ou adulteração de quaisquer documentos apresentados;
- Cópia indevida, plágio, ou adulteração de quaisquer procedimentos avaliativos;
- Não concluir e defender sua monografia no prazo regulamentar.

4 ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO

4.1 Metodologia

Este curso será desenvolvido em quatro semestres, nomeados de acordo com os principais temas abordados:

Núcleo Contextual:

I Semestre – História, Concepções e Inovações na Educação Profissional

- Certificação Intermediária em: **Aperfeiçoamento em Educação Profissional.**

Núcleo Estrutural:

II Semestre – Teorias, Didática e Gestão na EP

- Certificação Intermediária em: **Aperfeiçoamento em Didática e Gestão Educacional na Educação Profissional.**

Núcleo Integrador:

III Semestre – Prática Docente e Tecnologias Educacionais

- Certificação Intermediária em: **Aperfeiçoamento em Prática Docente na Educação Profissional.**

IV Semestre - Pesquisa em Educação Profissional

- Certificação em: **Especialização em Docência para a Educação Profissional**

Para obter a Certificação Intermediária, o aluno deverá requerer à Coordenação do Curso, via formulário específico, o respectivo certificado, após aprovação em todos os componentes daquele semestre.

Cada semestre letivo será composto por um conjunto de componentes curriculares, incluindo: unidades curriculares, atividades de pesquisa e de extensão, atividades práticas de ensino. Ao final do curso o acadêmico elaborará um artigo científico a ser defendido como trabalho de conclusão de curso.

Cada unidade curricular apresentará material didático elaborado sobre seu conteúdo, disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVEA, incluindo sua sistemática de avaliação, segundo os critérios definidos no RDP do IFSC. As unidades curriculares terão uma avaliação final, que poderá ser presencial ou não, de acordo com as especificidades de cada unidade. As avaliações presenciais serão aplicadas no polo/nead em que o curso acontece.

Na **UC Observação da Prática Docente** e **UC Prática Docente** o acadêmico produzirá um relatório das atividades desenvolvidas em substituição a avaliação final presencial.

As Unidades Curriculares (UC) serão distribuídas no calendário, de forma que possam transcorrer de duas em duas simultaneamente ao longo do semestre, com duração aproximada de dois meses, de acordo com a carga horária prevista e conforme cronograma do curso. Poderá haver exceção na oferta simultânea, para a UC Introdução a EaD e AVEA, que será ofertada no início do I semestre do curso e a UC Projeto de Pesquisa em Educação Profissional que será ofertada no final do III semestre.

A UC **Pesquisa e Extensão como Princípios Educativos na EP**, além da discussão sobre a importância da pesquisa e da extensão como dinâmicas escolares na formação profissional, também preparará o aluno para a curricularização da extensão, nos termos no Plano Nacional de Educação.

No segundo semestre, a **UC Observação da Prática Docente** poderá ser organizada de modo a

iniciar o semestre e percorrer, juntamente com as demais unidades, até o final do semestre, possibilitando aos acadêmicos tempo para realizar as observações necessárias no contexto escolar.

A UC **Observação da Prática Docente** consistirá da observação do contexto escolar e de sala de aula em cursos técnicos de nível médio ofertados por Instituições de educação profissional a partir de um roteiro de observação e da elaboração de um relatório de observação.

No terceiro semestre, a **UC Prática Docente** iniciará o semestre, juntamente com a UC Ensino Híbrido, e ficará aberta até o final do semestre, possibilitando tempo para que o acadêmico elabore a proposta de intervenção docente, desenvolva as atividades no contexto escolar e elabore o relatório final.

As atividades da **UC Prática Docente** configuram-se como atividades de prática educativa com, no mínimo, 10 horas de intervenção no contexto da sala de aula nos cursos técnicos de nível médio da educação profissional.

Na UC **Prática Docente**, o acadêmico deverá realizar uma atividade de intervenção docente em um curso técnico de nível médio em uma instituição de educação profissional. Para os acadêmicos que estiverem atuando na docência em cursos técnicos de nível médio, no momento de oferta desta UC no curso de especialização, a atividade de intervenção docente poderá ser realizada na sua própria turma, com seus alunos.

Para os acadêmicos que não estiverem atuando na docência em cursos técnicos de nível médio, no momento de oferta da **UC Prática Docente** no curso de especialização, mas que possuem vínculo docente com alguma instituição de ensino médio técnico, poderão realizar esta atividade na instituição onde trabalham, em uma turma de ensino médio técnico, em parceria com um colega professor da instituição.

Para a realização da **UC Prática Docente**, os acadêmicos que não atuam na docência em cursos técnicos de nível médio e não possuem vínculo docente com uma instituição de ensino profissional de nível médio técnico, será necessário firmar termo de compromisso junto a instituição na qual será realizada a prática docente.

As atividades da **UC Prática Docente** deverão ser realizadas no próprio IFSC ou em instituições de educação profissional conveniadas que ofereçam Cursos Técnicos de nível médio em área compatível com a graduação do acadêmico e suas possibilidades de docência no Ensino Técnico de nível médio.

O acadêmico será orientado por professores do curso, responsáveis pelo desenvolvimento das atividades da UC Prática Docente, e será supervisionado por um professor da instituição de educação profissional, que acompanhará as atividades desenvolvidas pelo acadêmico no espaço escolar e que será denominado supervisor de prática docente. Este supervisor assinará os documentos necessários e avaliará as atividades desenvolvidas pelo acadêmico na instituição escolar.

O supervisor de prática docente deverá assinar termo de compromisso, responsabilizando-se pelo acompanhamento do acadêmico no espaço escolar e nas atividades de intervenção docente. Deverá também preencher formulário de avaliação da prática docente realizada pelo acadêmico sob sua supervisão.

Os acadêmicos graduados em cursos de graduação que dispõem da oferta de cursos técnicos de nível médio específicos na área (Conforme Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos), deverão realizar as atividades de Observação e de Prática Docente nesses cursos ou em unidades

curriculares de outros cursos técnicos de nível médio desde que alinhadas a sua área de formação.

Os acadêmicos graduados em cursos de graduação que não dispõem da oferta de cursos técnicos de nível médio específicos na área (Conforme Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos), deverão realizar as atividades de Observação e de Prática Docente em unidades curriculares de cursos técnicos de nível médio desde que compatíveis com a sua área de formação.

As atividades da **UC Prática Docente** fazem parte da matriz curricular desta especialização e são organizadas para contemplar a experimentação de estratégias e metodologias didáticas inovadoras no contexto escolar. Assim, mesmo os acadêmicos que possuam experiência docente, deverão cursar esta unidade curricular com vistas a refletir sobre seu fazer docente. Deste modo, não haverá validação desta UC, mesmo para os acadêmicos que possuam experiência profissional na docência.

A **UC Projeto de Pesquisa em Educação Profissional** será ofertada ao final do III semestre e orientará os procedimentos metodológicos para a construção do projeto de pesquisa em educação profissional. A recomendação é que o docente que trabalhará esta UC estimule os estudantes no aproveitamento dos resultados da experiência de intervenção realizada na UC Prática Docente para a sistematização da proposta de pesquisa.

A **UC Desenvolvimento da Pesquisa em Educação Profissional** permitirá ao aluno um semestre para, a partir da sistematização da proposta de pesquisa desenvolvida na UC Projeto de Pesquisa em EP, elaborar um produto educacional voltado para educação profissional e relatar os resultados alcançados. Entende-se como produto educacional o resultado das experiências desenvolvidas ao longo do curso, principalmente na UC Prática Docente, que podem ser exemplificadas pela: elaboração de um livro; proposta de um site ou de um aplicativo; mudança na metodologia educacional; utilização do ensino híbrido na Educação Profissional; elaboração de jogos didáticos; proposta de atividades práticas ou de laboratório; oficinas temáticas; desenvolvimento de games, entre outros. O relato dos resultados alcançados na experiência realizada será apresentado por meio de um artigo científico.

Para acompanhar o desenvolvimento da pesquisa nesta UC, será necessário a alocação de um professor para cada turma desta Unidade Curricular. Assim, se a UC tiver 5 turmas, 5 professores trabalharão de modo compartilhado. Para atender as especificidades dos temas propostos pelos alunos na elaboração do produto educacional, pode ser prevista a participação de co-orientadores, que poderão ser indicados pelos alunos.

Não haverá validação das unidades curriculares **Projeto de Pesquisa em Educação Profissional** e **Desenvolvimento da Pesquisa em Educação Profissional** considerando que estas UC orientarão a sistematização da proposta de pesquisa e seu desenvolvimento, contemplando as especificidades desta especialização.

Para as atividades práticas, de pesquisa ou demais atividades extraclasse, os alunos terão sempre um prazo no decorrer da unidade curricular para realizar os trabalhos e atividades propostos. Considerando tratar-se de trabalhadores que estudam, o presente PPC procura ajustar suas atividades para o melhor desempenho acadêmico, considerando a permanência e o êxito dos educandos como compromisso pedagógico.

4.2 Sobre o Estágio Curricular

O estágio curricular é um processo interdisciplinar e avaliativo, que articula a teoria e a prática e objetiva proporcionar ao aluno-estagiário vivência profissional, social e cultural em sua área de atuação.

Conforme Art. 1 da Resolução CEPE/IFSC n. 74/2016:

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos, nos termos da Lei 11.788/2008 (IFSC, 2016a).

O estágio, além de integrar o itinerário formativo do estudante, visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e contextualização curricular.

Há dois tipos de estágios:

I - estágio curricular obrigatório, contemplado no projeto pedagógico de cada curso;

II - estágio curricular não obrigatório, realizado em organizações de interesse do estudante. O estágio não obrigatório é opcional para o estudante. É considerado mais uma oportunidade para exercer uma atividade remunerada e aprender enquanto estiver cursando a Especialização.

No Curso de Especialização em Docência para Educação Profissional o **estágio não é obrigatório**. O estudante regularmente matriculado e com frequência efetiva no curso poderá realizar o estágio curricular não obrigatório.

A administração do estágio curricular não obrigatório deverá acontecer em conjunto com a Coordenação de Estágios do Cerfead, observando a legislação e as normas específicas vigentes na Instituição.

4.3 Matriz Curricular

Unidade Curricular		Carga Horária
	I Semestre – História, Concepções e Inovações na Educação Profissional – 200 h	
01	Introdução à EaD e ao Ambiente Virtual de Aprendizagem:	20
02	Epistemologia da Educação Profissional	40
03	Direitos Humanos, Sujeitos da Educação Profissional e Não-Violência	60
04	História, Estrutura e Políticas da Educação Profissional no Brasil	40
05	Pesquisa e Extensão na Educação Profissional	40
	II Semestre – Teorias, Didática e Gestão na EP - 200h	
06	Teorias e Abordagens Educacionais	60
07	Didática para Educação Profissional	60
08	Observação da Prática Docente	40
09	Gestão Educacional na Educação Profissional	40
	III Semestre – Prática Docente e Tecnologias Educacionais - 200h	
10	Prática Docente	60
11	Estudos sobre deficiência na perspectiva do modelo social	60
12	Educação Inovadora	60
13	Projeto de Pesquisa em Educação Profissional	20
	IV Semestre – Pesquisa em Educação Profissional – 60 h + TCC	60
14	Desenvolvimento da Pesquisa em Educação Profissional	60
Total das Unidades Curriculares		660
Trabalho de Conclusão de Curso		30
Total do Curso		690

4.4 Componentes curriculares

Unidade Curricular 01: Introdução à EaD e ao Ambiente Virtual de Aprendizagem Professores: Luís Lindner e Igor Thiago Marques Mendonça	CH: 20h
Ementa: Conceitos fundamentais da Educação a Distância. Histórico da EaD no Mundo e no Brasil. Gerações da EaD (correspondência, rádio, televisão, internet). Recursos didáticos. Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem. Moodle. Estratégias de aprendizagem a distância. Orientações para o estudo na modalidade a distância.	
Bibliografia: LEMOS II, D. L. Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem . Florianópolis: IFSC, 2016. LITTO, M.F.; FORMIGA, M. Educação a Distância : estado da arte. v.1. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. MAIA, C. S. R.; MATTAR, J. ABC da EAD . v. 1. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. MOORE, M.; KEARSLEY, G. Educação a Distância : uma visão integrada. São Paulo: Cengage Learning, 2011.	

Unidade Curricular 02: Epistemologia da Educação Profissional Professores: Olivier Allain e Paulo Wollinger	CH: 40h
Ementa: Conceitos de técnica, tecnologia, trabalho e EP. Trabalho como exercício social da técnica. EP como um direito do trabalhador. Dimensões humanas do trabalho: identitária, estética, ética, cultural, social, econômica. O trabalho como obra. O saber do/no trabalho e sua aprendizagem. Educação Propedêutica e EP: conflitos e convergências. Interdisciplinaridade ampla.	
Bibliografia: ALLAIN, Olivier; GRUBER, Crislaine; WOLLINGER, Paulo. Didática Profissional : princípios e referências para a Educação Profissional. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2018. [no prelo]. BARATO, Jarbas Novelino. Educação Profissional : saberes do ócio ou saberes do trabalho. São Paulo: Senac São Paulo, 2003. DUTRA, Luiz Henrique de A. Epistemologia da Aprendizagem . Rio de Janeiro: DP&A, 2000. GÜÉRIN, F. et al. Compreender o trabalho para transformá-lo : a prática da ergonomia. São Paulo: Edgard Blucher, 2001. JAPIASSÚ, H. Introdução ao pensamento epistemológico . 3. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979. MJELDE, Liv. Aprendizagem por meio de práxis e compartilhamento: Lev Vygotsky e a Pedagogia da Educação Profissional. B. Tec. Senac: a R. Educ. Prof. , Rio de Janeiro, v. 41 n. 3, p. 30-53, set./dez. 2015. MORAES, Gustavo Henrique. Identidade de Escola Técnica vs. Vontade de Universidade : a formação da Identidade dos Institutos Federais. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: < http://repositorio.unb.br/handle/10482/21409 >. Acesso em: 03 maio 2017. PINTO, Álvaro Vieira. O conceito de Tecnologia . v.1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.	

ROSE, M. **O saber no trabalho**: valorização da inteligência do trabalhador. São Paulo: Senac São Paulo, 2007.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

Unidade Curricular 03: Direitos Humanos, Sujeitos da Educação Profissional e Não-Violência Professoras: Eliane Juraski Camilo e Maria dos Anjos Viella	CH: 60h
Ementa: Conceitos/Sentidos/Significados de Direitos Humanos. Aspectos históricos, identitários e do contexto atual acerca dos Direitos Humanos. Direitos Humanos e sujeitos da educação profissional. Violências (escolares) e seu contexto. Educação para a não-violência. Bibliografia: ABRAMOVAY, M. Violências nas escolas: versão resumida. Brasília: Unesco, 2003. ALBORNOZ, Suzana. As mulheres e a mudança nos costumes: ensaios da igualdade e da diferença/Suzana Albornoz. -Porto Alegre: Movimento; Santa Cruz do Sul/RS: EDUNISC, 2008. BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo: a experiência vivida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989. CAMILLO, E. J. Violências nas escolas: juventudes e maquinaria capitalista no oeste catarinense. Curitiba: Multideia, 2017. FEDERICI, Silvia: Calibã e a bruxa : mulheres, corpo e acumulação primitiva. Editora Elefante, 2017. GORCZEVSKI, Clovis. Direitos Humanos, educação e cidadania: conhecer, considerações, obstáculos, propostas. São Paulo: Atlas, 2015. GORCZEVSKI, Clovis. MARTÍN, Nuria Belloso. Educar para os direitos humanos, educar, praticar. 1 ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009. MOLL, Jaqueline (org.). Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010. PINKER, S. Os anjos bons da nossa natureza: por que a violência diminuiu. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. SILVA, Juremir Machado da. Raízes do Conservadorismo Brasileiro. Porto Alegre: Editora José Olympio, 2017.	

Unidade Curricular 04: História, Estrutura e Políticas da Educação Profissional no Brasil Professores: Olivier Allain e Paulo Wollinger	CH: 40h
Ementa: Primórdios da EP no Brasil. A EP no século XIX. República: Educação e formação para o trabalho. Formação para o trabalho fora da escola. Evolução da Rede Federal. Ofertantes de EP: rede federal, serviços nacionais de aprendizagem, redes estaduais e privadas. Políticas e legislação de Educação Profissional. Eixos Tecnológicos e Catálogos. Itinerário Formativo.	

Programas Especiais vinculados à EP.

Bibliografia:

AZEVEDO, Fernando de. **A Cultura Brasileira**. 6. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

CARDOSO, Rafael. A Academia Imperial de Belas Artes e o Ensino Técnico. **19&20**, Rio de Janeiro, v. III, n. 1, jan. 2008. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/ensino_artístico/rc_ebatecnico.htm>. Acesso em: 03 maio 2017.

CORDÃO, Francisco Aparecido; MORAES, Francisco. **Educação profissional no Brasil: síntese histórica e perspectivas**. São Paulo: Senac SP, 2017.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1996.

FONSECA, Celso Suckow. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: SENAI-DN-DPA, 1986.

FREITAS, Lucas. **O bacharelismo no Brasil e o atual fenômeno da bacharelise: uma análise sócio-histórica**. **Quaestio**, Sorocaba, v.12, p. 81-91, nov. 2010.

GOMES, Luiz Claudio Gonçalves. As escolas de aprendizes artífices e o ensino profissional na velha república. **Revista Vértices**, ano 5, n. 3, p. 54-74, set./dez. 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MORAES, Gustavo Henrique. **Identidade de Escola Técnica vs. Vontade de Universidade: A formação da Identidade dos Institutos Federais**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/21409>>. Acesso em: 03 maio 2017.

RODRIGUES, José. Celso Suckow da Fonseca e a sua “História do ensino industrial no Brasil”. **Revista brasileira de história da educação, Rio de Janeiro**, n. 4, jul./dez. 2002.

Unidade Curricular 05:

Pesquisa e Extensão na Educação Profissional

CH:

40h

Professores: Caroline Lengert e Douglas P. Juliani

Ementa:

Articulação entre ensino, pesquisa e extensão. A Pesquisa e a extensão como produção de conhecimento. Curricularização da extensão. Tipos de pesquisa e suas metodologias aplicadas à EP. A pesquisa, a extensão e a inovação.

Bibliografia:

CAMARGO, Celia Reis (org). **Experiências Inovadoras de Educação Profissional: memória em construção de experiências inovadoras na qualificação do trabalhador**. São Paulo: UNESP, 2002.

CARVALHO, M. C. M. **Metodologia Científica: Fundamentos e Técnicas**. 6. ed. Campinas, SP: Papirus, 1997.

DEMO, P. **Educar pela pesquisa**. 7.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

DEMO, P. **Pesquisa e construção de conhecimento**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. São Paulo: Cortez, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PEREIRA, Andre Ferreira. **Metodologia científica e inovação tecnológica: desafios e possibilidades**. Brasília, DF: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2012.

Unidade Curricular 06: Teorias e Abordagens Educacionais Professores: Márcia Lobo e Eliane Juraski Camillo	CH: 60h
Ementa: Abordagens e teorias educacionais no século XX e na atualidade. Concepções de aprendizagem e de construção do conhecimento. Currículo na Educação Profissional.	
Bibliografia: BECKER, F. Aprendizagem: concepções contraditórias. Revista eletrônica de psicologia e epistemologia genética . v. I, n. 1, p. 53-72, jan./jun. 2008. Disponível em: < http://www2.marília.unesp.br/ojs-2.4.5/index.php/scheme/article/view/552/445 >. Acesso em 8 ago. 2018. BECKER, F. Educação e construção do conhecimento . Porto Alegre: Artmed, 2001. LIBÂNEO, J. C. As teorias pedagógicas modernas revisitadas pelo debate contemporâneo na educação. In: LIBÂNEO, J. C.; SANTOS, Akiko (Org.). Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade . Campinas: Alínea, 2005. p. 19-63. Disponível em: < http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/T1SF/Akiko/03.pdf >. Acesso em: 22 mar. 2017. LIBÂNEO, J. C. Tendências Pedagógicas na prática escolar. In: LIBÂNEO, J. C. Democratização da escola pública : a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 17. ed. São Paulo: Loyola, 2001. MIZUKAMI, M. G. N. Ensino : as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986. MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Currículos e programas no Brasil . Campinas: Papirus, 2008. MOREIRA, Marco. A. Teorias de aprendizagem . São Paulo: Epu Grupo Gen, 2010. SILVA, Tomaz T. Documentos de identidade : uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.	

Unidade Curricular 07: Didática para Educação Profissional Professores: Márcia Lobo, Gislene Miotto e Paulo Wollinger	CH: 60h
Ementa: Fundamentos teóricos da didática para a Educação Profissional. Planejamento e avaliação do processo ensino/aprendizagem e Estratégias de ensino na EP.	
Bibliografia: ANASTASIOU, Léa da Graças Camargos; ALVES, Leonir P. (Org.). Processos de Ensino na Universidade : pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. 3.e d. Joinville: UNIVILLE, 2004. BARATO, Jarbas Novelino. Em busca de uma didática para o saber técnico. Boletim Técnico do Senac , Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 47-55, maio/ago. 1999. BECKER, Fernando. Modelos pedagógicos e modelos epistemológicos . Disponível em: < http://www.marcelo.sabbatini.com/wp-content/uploads/downloads/becker-epistemologias.pdf >. Acesso em: 25 set. 2016. BERBEL, N. A. N. (Org.). Metodologia da problematização : fundamentos e aplicações. Londrina: UEL/INEP, 1999. ECHAZÁBAL, Marcos Miguel Morales; PÉREZ, Mario Borroto. Didáctica de la educación	

tecnológica y laboral. La Habana, Cuba: Pueblo y Educación, 2012.

MASETTO, Marcos Tarciso. **Competência pedagógica do professor universitário.** São Paulo: Summus, 2003.

MATTAR, João. **Metodologias ativas para a educação presencial blended e a distância.** São Paulo: Artesanato Educacional, 2017.

PASTRÉ, Pierre. A análise do trabalho em didática profissional. Trad. Olivier Allain e Crislaine Gruber. **Revista brasileira Estudos pedagógicos**, Brasília, v. 98, n. 250, p. 624-637, set./dez. 2017.

Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/3368/pdf_1>. Acesso em: 10 jul. 2017.

RIBEIRO, Luis E. de Camargo. **Aprendizagem baseada em problemas:** uma experiência no ensino superior. São Carlos: EdUFSCar, 2008.

RONCA, Paulo Afonso Caruso; TERZI, Cleide do Amaral. **A Prova Operatória:** contribuições da psicologia do desenvolvimento. 15. ed. São Paulo: Instituto Edesplan, 1997.

Unidade Curricular 08:

Observação da Prática Docente

CH:
40h

Professores: Márcia Lobo e Caroline Lengert

Ementa:

Observação do contexto escolar da educação profissional. Observação de aulas teóricas e práticas na educação profissional técnica de nível médio.

Bibliografia:

DAYRELL, J. A escola como espaço sócio-cultural. In: DAYRELL, J. **Múltiplos olhares sobre educação e cultura.** Belo Horizonte: UFMG-BH, 2002.

MELLÃO, M; RIBEIRO, D. G; PINHA, M. L. S. Observações em sala de aula, algumas percepções. **Colloquium Humanarum**, v. 11, n. Especial, p. 1042-1049. jul./dez. 2014.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

OSTETTO, L. E. Observação, registro, documentação: nomear e significar as experiências. In: OSTETTO, L. E. **Educação infantil:** saberes e fazeres da formação de professores. Campinas: Papirus, 2008.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores:** unidade teoria e prática? 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Vozes, 2002.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VIANNA, H. M. **Pesquisa em educação:** a observação. Brasília: Plano, 2003.

Unidade Curricular 09:

Gestão Educacional na Educação Profissional

CH:
40h

Professores: Eliane Juraski Camillo

Ementa:

Modelos de gestão aplicados à educação profissional. Gestão escolar: do planejamento estratégico à sala de aula. Projeto Pedagógico Institucional. Estratégias e ferramentas de gestão aplicadas à educação.

Bibliografia:

BELLOTO, Aneridis Aparecida Monteiro (Org.). **Interfaces da Gestão Escolar**. Campinas: Alínea, 1999.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Angela da S. (Org.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HORA, Dinair Leal da. **Gestão Democrática na Escola: artes e ofícios da participação coletiva**. Campinas: Papirus, 1994.

LEITÃO, Sérgio Proença. O Poder no Contexto da Decisão Organizacional. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, n. 30, v. 2, p. 137-151, set. 1996.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estruturas e organização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LÜCK, Heloísa. **A Gestão Participativa na Escola**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

LÜCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de Gestão Educacional**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro (Org.). **Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

VASCONCELLOS, Celso S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 6. ed. São Paulo: Libertad, 2006.

Unidade Curricular 10:
Prática Docente

CH:
60h

Professores: Márcia Lobo e Caroline Lengert

Ementa:

Construção e implementação de uma proposta inovadora de intervenção no contexto de aula na educação profissional técnica de nível médio.

Bibliografia:

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GIROUX, H. Professores como intelectuais transformadores. In: GIROUX, H. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997. p. 157-164.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?: novas exigências educacionais e profissão docente**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

PENA, Geralda Aparecida de Carvalho. Prática Docente na Educação Profissional e Tecnológica: os conhecimentos que subsidiam os professores de cursos técnicos. **Formação Docente**, Belo Horizonte, v. 09, n. 15, p. 79-94, ago./dez. 2016. Disponível em:

<<http://formacaodocente.autenticaeditora.com.br/artigo/exibir/21/133/1>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. 7. ed. São Paulo:

Cortez, 2012.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?** 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Unidade Curricular 11:

Estudos sobre deficiência na perspectiva do modelo social

CH:

60h

Professoras: Ivani Cristina Voos e Daniele Hungaro da Silva

Ementa:

Modelos teóricos sobre deficiência: implicações históricas, conceituais e políticas. Deficiência, constituição do sujeito e práticas sociais. Deficiência e trabalho. Tendências na pesquisa sobre deficiência. Interfaces da deficiência com gênero, idade, classe, raça/etnia e orientação sexual. Estudante do público-alvo da Educação Especial na interface com a EPT.

Bibliografia:

VALLE J. W. & CONNOR, D. J. (2014). **Ressignificando a deficiência: da abordagem social às práticas inclusivas na escola**. McGraw-Hill Editora, 240p.

MELLO, A. G., & NUERNBERG, A. H. (2012). **Gênero e deficiência: interseções e perspectivas**. Revista Estudos Feministas, 20(3), 635-655.

GESSER, M., NUERNBERG, A. H. & Toneli, M. J. F. (2012). **A contribuição do modelo social da deficiência à psicologia social**. Psicol. Soc., 24(3), 557-566.

BAMBI, Luciana Neves da Silva; GUILHEM, Dirce; ALVES, Elíoenai Dornelles. **Modelo social: uma nova abordagem para o tema deficiência**. Rev. Latino-Am. Enfermagem, v.18, n. 4, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v18n4/pt_22.pdf. Acesso em: 04 abril 2018

BEYER, Hugo Otto. **Educação Inclusiva ou Integração Escolar? Implicações pedagógicas dos conceitos como rupturas paradigmáticas**. In: Ensaios pedagógicos, 2006.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007. Coleção Primeiros Passos.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

Ministério da Educação. **Saberes e práticas da inclusão: avaliação para identificação das necessidades especiais**. 2 ed. Coordenação Geral SEESP/MEC. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

Ministério da Educação. **Ensaios pedagógicos: construindo escolas inclusivas**. 1 ed. Brasília: MEC, SEESP, 2005. Ministério da Educação. Educação Especial. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17009&Itemid=913.

Acesso em: 04 abril 2018

Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2007. Disponível em:

http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf. Acesso em: 04 abril 2018.

Ministério da Educação. Inclusão. **Revista da Educação Especial**, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>. Acesso em: 04 abril 2018.

NUERNBERG, Adriano Henrique; **Rompendo barreiras atitudinais no contexto da educação especial na perspectiva inclusiva**. Disponível em http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/16_06_2011_8.42.43.47dc3016138057668971bf9d26fe5d41.pdf. Acesso em: 04 abril 2018

ROPOLI, Edilene Aparecida et al. **A educação especial na perspectiva da educação inclusiva: a escola comum inclusiva**. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. Brasília: Ministério da Educação, Universidade Federal do Ceará, 2010.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SANTOS, Maria Terezinha da Consolação Teixeira dos. **O projeto político pedagógico, autonomia e gestão democrática**. In: A educação especial na perspectiva da educação inclusiva: a escola comum inclusiva. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. Brasília: Ministério da Educação, Universidade Federal do Ceará, 2010.

Unidade Curricular 12: Educação Inovadora Professores: Sabrina Bleicher e Carlos Mello	CH: 60h
Ementa: Experiências inovadoras na educação; Design Thinking; Tecnologias inclusivas. Métodos e técnicas de criatividade e geração de ideias. Comportamento inovador.	
Bibliografia: BATES, A. W. Educar na Era Digital: design, ensino e aprendizagem. São Paulo: Artesanato Educacional, 2016. BROWN, T. Design thinking. Harvard Business Review, p. 84-92, jun. 2008. Disponível em: <hbr.org/2008/06/design-thinking#>. Acesso em: 10 jul. 2018. DTE. Design Thinking para educadores. Disponível em <http://www.dtparaeducadores.org.br>. Acesso em 10 jul. 2017. IDEO. Design Kit. 2015. Disponível em: <www.designkit.org>. Acesso em 10 jul. 2017 JULIANI, Douglas Paulesky. Framework da Cultura Organizacional nas Universidades para a Inovação Social. 2015. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. KRZNARIC, R. O Poder da Empatia. Rio de Janeiro: Zahar, 2015. NMC - NEW MEDIA CONSORTIUM. Horizon Report. Disponível em: <https://www.nmc.org/publication-type/horizon-report/>. Acesso em 10 jul. 2017.	

Unidade Curricular 13: Projeto de Pesquisa em Educação Profissional Professores: Nilo Otani e Caroline Lengert	CH: 20h
Ementa: Fundamentos metodológicos da pesquisa. Construção do projeto de pesquisa em educação profissional.	
Bibliografia: ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520 : informação e documentação: citações em documento apresentação. Rio de Janeiro, 2002. ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724 : informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011. ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023 : informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002. FLICK, Uwe. Introdução à metodologia de pesquisa : um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica . São Paulo: Atlas, 1993. OTANI, Nilo; FIALHO, Francisco Antônio Pereira. TCC : métodos e técnicas. 2. ed. rev. atual. Florianópolis: Visual Books, 2011. POPPER, Karl. A lógica da pesquisa científica . São Paulo: Cultrix, 1993. RICHARDSON, Roberto Jarry et al. Pesquisa social : métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999. SAMPIERI, Roberto Hernández; CALLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. Metodologia de pesquisa . 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico . 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002. TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais : a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1994. YIN, Robert K. Pesquisa qualitativa do início ao fim . Porto Alegre: Penso, 2016.	

Unidade Curricular 14: Desenvolvimento da Pesquisa em Educação Profissional Professores: Caroline Lengert e Nilo Otani	CH: 60h
Ementa: Elaboração e relato do produto educacional em educação profissional.	
Bibliografia: ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520 : informação e documentação: citações em documento apresentação. Rio de Janeiro, 2002. ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724 : informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011. ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023 : informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.	

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa**: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1993.

OTANI, Nilo; FIALHO, Francisco Antônio Pereira. **TCC**: métodos e técnicas. 2. ed. rev. atual. Florianópolis: Visual Books, 2011.

POPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 1993.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SAMPIERI, Roberto Hernández; CALLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1994.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

4.5 Atividades complementares

Em se tratando de Curso de Pós-Graduação, estão compreendidas como atividades complementares a esta formação:

- O incentivo aos discentes à participação em eventos técnicos e científicos relacionados à Educação, especialmente à Educação Profissional;
- Apresentação ou defesa de trabalhos científicos em eventos públicos;
- Produção e divulgação de conhecimentos no campo de estudos: Educação Profissional;
- Disponibilização de material de referência complementar, preferencialmente na forma digital, além de uma bibliografia ampliada, para estudos posteriores.

Será organizado, ao longo do curso, pelo menos um *webinário*, com duração de 4 horas, para discutir temáticas relacionadas ao curso, com ênfase na docência e/ou na educação profissional e que possam complementar a formação dos acadêmicos.

4.6 Avaliação do Processo Ensino e de Aprendizagem

A **avaliação da aprendizagem** neste curso de especialização obedece às determinações do Regulamento Didático Pedagógico do IFSC, no que couber, incluindo as seguintes especificidades:

A avaliação da aprendizagem deve sempre ter como referência o Perfil Profissional, os objetivos e as competências aqui descritas, além dos conteúdos de cada componente curricular. A avaliação dos aspectos qualitativos compreende o diagnóstico, a orientação e a reorientação do processo de aprendizagem visando a construção de saberes.

Os instrumentos de avaliação deverão ser diversificados, constando no plano de ensino da unidade curricular, estimulando o aluno à: pesquisa, reflexão e criatividade.

As avaliações de cada unidade curricular, podem constar de:

- Observação da participação dos alunos pelos professores, no AVEA;

- Trabalhos de pesquisa individual ou coletiva;
- Provas escritas, com ou sem consulta;
- Exercícios de fixação ou aprimoramento;
- Planejamento e execução de projetos;
- Relatórios referentes aos trabalhos, experimentos ou atividades extraclasse;
- Atividades práticas referentes à formação docente, entre outros.

A recuperação de estudos compreenderá a realização de nova atividade no decorrer do período letivo, que possam promover a aprendizagem.

As novas atividades poderão conter estratégias alternativas que atendam necessidades específicas, tais como atividades sistemáticas em horário de atendimento paralelo ou estudos dirigidos. Ao final dos estudos de recuperação o aluno será submetido a nova avaliação, prevalecendo sempre o maior valor entre o obtido na avaliação realizada antes da recuperação e o obtido na avaliação após a recuperação. Provas ou entrega de trabalhos de recuperação ocorrerão sempre até a data da avaliação de recuperação prevista no cronograma do curso.

O estudante deverá ter frequência igual ou superior a 75% da carga horária da Unidade Curricular, que será considerada mediante o acesso ao ambiente virtual de aprendizagem e pelo aproveitamento nas atividades propostas.

A **avaliação do ensino** ocorrerá regularmente através dos instrumentos da Comissão Própria de Avaliação – CPA. Será também promovida pela Coordenação do Curso, constando de questionário a ser aplicado aos acadêmicos ao final de cada unidade curricular. Os dados dessas avaliações estarão disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem e os professores terão acesso visando contribuir na revisão de suas práticas e estrutura da unidade curricular nas próximas ofertas.

4.7 Trabalho de Conclusão de Curso

Segundo a Resolução CEPE/IFSC n.48 de 12 de junho de 2018: “O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) caracteriza-se pelo uso da interdisciplinariedade para estimular as aptidões intelectuais do aluno a partir dos conhecimentos construídos ao longo do curso.” (IFSC, 2018). Deve exercitar as habilidades de pesquisa e sistematização de saberes e elaboração de um documento a ser defendido em sessão pública.

Dentre as modalidades de apresentação de resultados constantes nesta Resolução, fica estabelecido para esta especialização, a apresentação dos resultados da pesquisa no formato artigo científico.

Considerando o Artigo 24, alínea II, da referida Resolução:

Artigo científico-tecnológico: – retrata a síntese dos resultados de uma pesquisa, que pode ser bibliográfica, documental, comparativa, experimental, exploratória, explicativa, pesquisa-ação, etnografia, estudo de caso, entre outros tipos. Deve conter os seguintes elementos: título (com possibilidade de subtítulo), nome do autor, resumo, palavras-chave, introdução, desenvolvimento (ou título compatível com os conteúdos que compõem essa parte do artigo científico), conclusão ou considerações finais, referências e notas explicativas. Deve ter aproximadamente 15 páginas (considerando o formato A4, letra tamanho 12, e espaçamento de 1,5). (IFSC, 2018).

O TCC consistirá na socialização do artigo científico que apresenta os resultados do produto educacional desenvolvido ao longo do curso e sistematizado na UC Desenvolvimento da Pesquisa

em Educação Profissional e deverá ser elaborado conforme prazos estabelecidos nesta UC.

O discente será acompanhado por um professor orientador através do ambiente virtual de aprendizagem. Os prazos para entrega de cada etapa do trabalho estarão disponíveis para os discentes no ambiente virtual de aprendizagem. O tempo máximo para elaboração e desenvolvimento do TCC será de um semestre letivo.

Para agendar a defesa do TCC o discente deverá ter postado, no ambiente virtual, a versão final do seu trabalho em formato PDF. O cronograma de defesas será organizado pela coordenação do curso ou por um professor responsável pelo TCC.

Para apresentar o TCC será necessário que o discente tenha integralizado todas as unidades curriculares dos três primeiros semestres do curso. O prazo máximo para a apresentação do TCC, após a conclusão dos três primeiros semestres do curso é de 6 (seis) meses.

O TCC será apresentado para uma banca de, no mínimo, três professores, com titulação mínima de especialista, cujo coordenador será o orientador, ou no formato de seminário de socialização de pesquisa. Quando não for possível uma banca presencial, a apresentação poderá ser por videoconferência ou webconferência, o aluno em um polo/NEaD e a banca in loco ou em videoconferência/webconferência síncrona com o aluno. Todas as apresentações serão públicas.

Para a avaliação do TCC a banca examinadora deverá atribuir uma nota de 0 (zero) a 10,0 (dez), sendo que para aprovação o aluno deverá atingir, no mínimo, a nota 6,0 (seis).

O TCC Deverá ser avaliado com base nos seguintes critérios:

- Relevância na área do curso, sintonia com o perfil profissional e as competências requeridas para o egresso;
- Viabilidade, referente a possibilidade de execução da atividade na educação profissional;
- Resultados apresentados no artigo científico.

Não haverá prorrogação de prazo para o TCC. O discente que não conseguir defender o TCC dentro do prazo estabelecido no cronograma do curso será considerado reprovado e deverá solicitar matrícula em TCC junto com a próxima turma.

Após a apresentação do TCC, o discente aprovado deverá entregar/disponibilizar no ambiente virtual de aprendizagem, em até 1 (um) mês após a data da defesa, uma cópia digital com as devidas correções realizadas para o registro e arquivamento no IFSC.

O discente que concluir todos os componentes curriculares, mas não realizar e não defender o TCC, poderá solicitar as certificações intermediárias previstas para este curso.

4.8 Atividades de Tutoria

Como inovação educacional, o presente PPC prevê uma estratégia diferente para as atividades letivas:

Docência Compartilhada: Como a oferta deste curso será sempre de várias turmas simultâneas,

mais de um professor estará envolvido numa mesma unidade curricular, todavia, não de forma isolada, mas ambos atuando simultaneamente em todas as turmas, isto é, se uma mesma UC tem dois professores ambos organizarão as atividades letivas, exercícios e atividades práticas, chats, fóruns de discussão, avaliações presenciais e a distância, isto permite que os professores possam prestar um atendimento mais efetivo a cada aluno ao longo de toda UC.

Tutoria a distância: Na docência compartilhada, os professores serão os tutores a distância, em sua unidade curricular, acompanhando o desempenho discente ao longo das atividades no ambiente virtual de aprendizagem. Todas as interações, dúvidas, atividades letivas serão desempenhadas no ambiente virtual de aprendizagem, sempre acompanhadas pelos respectivos professores.

Interações síncronas: acontecerão por webconferência geralmente a cada quinze dias, quando os alunos estarão conectados ao CERFEAD para as atividades conforme plano de aulas de cada unidade curricular.

Avaliações presenciais: em cada polo ou NEAD, haverá um servidor do IFSC responsável por imprimir, organizar a sala e aplicar as avaliações, remetendo-as à Coordenação do Curso.

As UC **Observação da Prática Docente e Prática Docente**, terão estratégia própria de implementação, descritas em seus planos de curso, sendo essas atividades presenciais.

4.9 Critérios de aproveitamento de unidades curriculares cursadas anteriormente

Aplicam-se os mesmos critérios do RDP para validação de unidades curriculares de cursos de graduação. O coordenador do curso analisará o requerimento, eventualmente consultando os professores da unidade curricular sobre a pertinência da validação.

Não haverá validação das UC Prática Docente, Projeto de Pesquisa em Educação Profissional e Desenvolvimento da Pesquisa em Educação Profissional em função das suas especificidades neste projeto pedagógico, conforme descrito no item metodologia.

A certificação de saberes, no âmbito do CERTIFIC, se dará por projeto pedagógico próprio.

4.10 Incentivo a pesquisa, a extensão e a produção científica e tecnológica

A produção de conhecimento, especialmente tecnológico e a articulação com as comunidades em que os campi estão inseridos é motivo para o incentivo à pesquisa e à extensão.

O IFSC dispõe a cada ano de editais de apoio à participação em eventos, para seus servidores e alunos, este é um incentivo para a sistematização de novos saberes em cumprimento à nossa missão.

A Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão – SEPEI e a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – SNCT, são exemplos de dois grandes eventos de divulgação científica e tecnológica que o IFSC promove todos os anos, além disso, uma grande quantidade de eventos patrocinados, apoiados ou incentivados pela instituição, estimulam servidores e alunos à produção e apresentação de trabalhos.

Para os alunos desse curso, além da participação nos já citados eventos, estimular-se-á a produção de material didático para os cursos técnicos, bem como material e estratégias envolvendo educação a distância, estimulando o uso de tecnologias educacionais, como estratégia de permanência e êxito dos processos educativos.

5 CORPO DOCENTE E TUTORIAL

5.1 Coordenador do Curso

O curso será coordenado pela Professora Caroline Lengert.

Mestre na área de mídia e conhecimento, Especialista em Educação a Distância e Licenciada em Pedagogia. Professora DE da área de EaD e Tecnologias Educacionais, lotada na Reitoria/Cerfead.

E-mail: caroline.lengert@ifsc.edu.br

Telefone: (48) 31318813

Para atribuições e responsabilidades da Coordenação do Curso, observar os Artigos 11 e 12 da Resolução CEPE/IFSC n.48/2018 (IFSC, 2018).

5.2 Corpo Docente

Nome	Graduação	Titulação
Carlos Alberto da Silva Mello	Turismo	Mestre
Caroline Lengert	Pedagogia	Mestre
Crislaine Gruber	Moda	Mestre
Daniele Hungaro da Silva	Pedagogia	Mestre
Douglas Paulesky Juliani	Ciência da Computação	Doutor
Eliane Juraski Camillo	Letras	Doutor
Gislene Miotto Catolino Raymundo	Pedagogia	Doutor
Ivani Cristina Voos	Educação Especial	Doutor
Igor Thiago Marques Mendonça	Engenharia da Computação	Mestre
Luis Henrique Lindner	Design	Mestre
Márcia Eunice Lobo	Pedagogia	Doutor
Maria dos Anjos Lopes Viella	Pedagogia	Doutor
Marizete Bortolanza Spessatto	Pedagogia	Doutor
Nilo Otani	Administração	Doutor
Olivier Allain	Letras	Doutor
Paulo Roberto Wollinger	Engenharia Elétrica	Doutor
Sabrina Bleicher	Design	Doutor

Observação: o corpo docente do CERFEAD assumirá o conjunto de aulas da matriz curricular.

5.3 Colegiado do Curso

Não se aplica.

6 INFRAESTRUTURA FÍSICA

6.1 Instalações gerais e equipamentos

O CERFEAD conta com uma ótima estrutura para Educação a Distância, recentemente avaliada pelo MEC, quando mereceu nota quatro (numa escala de um a cinco).

Secretaria acadêmica, Coordenação de Curso, Apoio Administrativo, limpeza e conservação, vigilância, biblioteca e cozinha para apoio a refeições rápidas.

6.2 Polos de apoio presencial ou estrutura multicampi (para cursos EAD)

Este curso deverá ser ofertado regularmente pelo CERFEAD, sempre haverá turmas em andamento. A cada nova oferta, outros NEAD poderão ser polo de oferta.

As atividades presenciais do curso acontecerão nos Núcleos de Educação a Distância – NEAD, que são as estruturas de EaD nos Câmpus do IFSC. Cada turma com até 50 vagas.

Como as atividades síncronas acontecerão por Webconferência, os alunos poderão conectar-se de seus próprios computadores. Assim, sua presença nos polos será obrigatória, pelo menos, a cada dois meses para realização das avaliações presenciais, na mesma tarde reservada às atividades síncronas. Todavia, os alunos poderão ir ao polo para utilizar a biblioteca, computadores e demais recursos que necessitarem a qualquer tempo.

6.3 Sala de tutoria (para cursos EAD)

Cada professor será tutor de suas próprias turmas, a partir da estrutura do CERFEAD, onde cada professor tem seu próprio computador pessoal, conexão de alta velocidade à Internet, biblioteca virtual e física.

6.4 Suportes midiáticos (para cursos EAD)

O CERFEAD possui uma completa estrutura para Educação a Distância, consolidada pela sua oferta já de há muitos anos em cursos técnicos, de graduação e pós-graduação.

Sala de videoconferência, estúdio de gravação e edição, equipe de produção de material instrucional, salas de professores, sala de reuniões, além de total acessibilidade a todos os espaços.

6.5 Biblioteca

O CERFEAD conta com uma pequena biblioteca, todavia os alunos têm acesso a todas as bibliotecas dos Câmpus do IFSC. Uma vez matriculados, poderão retirar livros em quaisquer bibliotecas, especialmente a que lhes for mais conveniente, ou daquele Campus em que está matriculado no NEAD. O acervo total do IFSC está à disposição dos alunos, todavia, os materiais instrucionais, sempre procuram disponibilizar livros digitais, para que sejam baixados no computador pessoal do aluno ou leitor eletrônico de livros (e-book).

7 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

A cada semestre letivo a Coordenação do Curso promoverá reunião de avaliação, onde cada professor relatará suas atividades, desafios e avanços, além de problemas com alunos, no âmbito do rendimento, bem como, com relação ao comprometimento na realização das atividades. Essas informações, além de contribuir para a avaliação dos alunos e seu desempenho, permitirá colher subsídios para a revisão do PPC do Curso, que deverá ocorrer, regularmente, a cada dois anos, ou em prazo maior, de acordo com a premência

8 AUTORIZAÇÃO DA OFERTA DO CURSO

O curso está aprovado pela Resolução CEPE/IFSC Nº 67 de 02 de dezembro de 2016 (IFSC, 2016c).

ANEXO

O presente projeto contou com a colaboração dos servidores do CERFEAD, em reuniões de trabalho, destacando um GT específico para sua construção, todavia, ao final das atividades o grupo de servidores que compõe o CERFEAD analisou, contribuiu e validou a versão final aqui presente.

A elaboração da primeira versão do projeto deste curso contou com dois dias de intensa atividade sobre formação docente para a Educação Profissional, com a prestimosa participação do Prof. Francisco Aparecido Cordão e do Prof. Jarbas Novelino Barato, que ajudaram a melhor sintonizar este projeto à formação de docentes dentro dos princípios da formação para o trabalho, pela técnica e pela ciência, fundamentos da Educação Profissional.

A revisão deste projeto tomou como referência a experiência na implementação da primeira turma do curso e as avaliações dos docentes e discentes realizadas ao final de cada unidade curricular. Também considerou as especificidades da formação docente e a legislação vigente para formação de professores da educação básica.

A carga horária do curso contempla a legislação para formação de professores da educação básica em vigor.

REFERÊNCIAS

BARATO, Jarbas Novelino. **Fazer bem feito: Valores em educação profissional e tecnológica**. Brasília: UNESCO, 2015.

BRASIL. **Lei nr. 9394 de 20 de dezembro de 1996**. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 8 ago. 2018.

BRASIL. **Lei nr. 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm>. Acesso em: 8 ago. 2018.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nr. 11/2012**. 2012. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/maio-2012-pdf/10804-pceb011-12-pdf>>. Acesso em: 8 ago. 2018.

CLOT, Yves. **La fonction psychologique du travail**. Paris: PUF, 1999.

GÜÉRIN, F. et al. **Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia**. São Paulo: Edgard Blucher, 2001.

- HAUDRICOURT, André-Georges. **La Technologie science humaine**. Recherches d'histoire et d'ethnologie des techniques. Paris: Fondation de la Maison des Sciences de l'Homme, 1987.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA (IFSC). **Resolução nr. 74/2016**. 2016a. Disponível em: <http://cs.ifsc.edu.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=167&Itemid=254>. Acesso em: 8 ago. 2018.
- INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA (IFSC). **Resolução CEPE nr. 48/2018**. 2018. Disponível em: <http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/RESOLU%C3%87%C3%83O_N_%C2%BA48_DIRETRIZES__LATO_SENSU_REVOGA_105.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2018.
- INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA (IFSC). **Resolução nr. 67 de 2 de dezembro de 2016**. 2016c. Disponível em: <http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/Cepe__Resolucao_67_Cria%C3%A7%C3%A3o_Especializa%C3%A7%C3%A3o_em_Doc%C3%Aancia_EPT.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2018.
- LAVE, J.; WENGER, E. **Situated Learning. Legitimate Peripheral Participation**. New York: Cambridge University Press, 1991.
- MORAES, Gustavo Henrique. **Identidade de Escola Técnica vs. Vontade de Universidade: a formação da Identidade dos Institutos Federais**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- PASTRÉ, Pierre. L'analyse du travail en didactique professionnelle. **Revue française de pédagogie**. v. 138, p. 9-17, janv./mars 2002. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/rpf_0556-7807_2002_num_138_1_1859>. Acesso em: 8 ago. 2018.
- ROSE, M. **O saber no trabalho: valorização da inteligência do trabalhador**. São Paulo: Senac, 2007.
- SENNETT, Richard. **O Artífice**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.
- SIGAUT, François. **L'évolution technique des agricultures européennes avant l'époque industrielle**. 1985. Disponível em: <[http://www.francois-sigaut.com/phocadownload/Inedits/Articles_inedits/1985\(1\)-inedits-Evolution_technique_agricultures_europeennes.pdf](http://www.francois-sigaut.com/phocadownload/Inedits/Articles_inedits/1985(1)-inedits-Evolution_technique_agricultures_europeennes.pdf)>. Acesso em: 8 ago. 2018.
- SIGAUT, François. Haudricourt et la technologie. Preface. In: HAUDRICOURT, A. G. **La technologie science humaine: recherche d'histoire et d'ethnologie des techniques**. Paris: Fondation de la Maison des Sciences de l'Homme, 1987. p. 1-30. Disponível em: <http://www.francois-sigaut.com/phocadownload/publications/articles_fond/1987b-tapuscrit-Haudricourt_et_la_technologie.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2018.
- SIGAUT, François. Techniques, technologies, apprentissage et plaisir au travail. **Techniques & Culture**, n. 52, p. 40-49, 2009. Disponível em: <<https://tc.revues.org/4770>>. Acesso em: 09 ago. 2016.
- PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. v. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005a.
- PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. v. 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005b.
- VERGNAUD, Gérard; PASTRÉ, Pierre; MAYEN, Patrick. La didactique professionnelle. **Revue française de pédagogie** [En ligne], n. 154, p. 145-198, janv./mars. 2006. Disponível em: <<http://rfp.revues.org/157>>. Acesso em: 8 ago. 2018.
- WOLLINGER, Paulo. **Educação em Tecnologia no Ensino Fundamental: Uma Abordagem Epistemológica**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.